

Sexta-Feira, 26 de Junho de 2026

PF investiga papel de Itaú, Bradesco e Santander em fraude bilionária da Americanas

Segunda fase da Operação Disclosure apura se bancos tinham conhecimento de irregularidades nas operações de risco sacado

A Polícia Federal ampliou as investigações sobre o escândalo contábil das Lojas Americanas e passou a examinar a possível participação de executivos de grandes instituições bancárias. A nova etapa busca esclarecer se representantes do Itaú, Bradesco e Santander possuíam conhecimento sobre as fraudes relacionadas às operações de risco sacado, mecanismo de crédito que permitia à varejista antecipar pagamentos a fornecedores.

Conforme os investigadores, essas operações podem ter servido para dissimular o verdadeiro nível de endividamento da empresa. A Polícia Federal cumpriu nove mandados de busca e apreensão durante a segunda fase da Operação Disclosure, deflagrada na quinta-feira (25/6), distribuídos entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Os executivos bancários que se tornaram alvos da investigação incluem José de Castro Araújo Rudge e Gustavo Balassiano, vinculados ao Itaú; Carlos Henrique Villela Pedras, ligado ao Bradesco; e Alexandre Abdo e André Almeida, do Santander. Além disso, a operação também direcionou sua atenção para Carlos Alberto Sicupira, acionista controlador da Americanas; Paulo Alberto Lemann, descendente de Jorge Paulo Lemann e ex-membro do conselho administrativo; Eduardo Saggiore, que também integrou o conselho; e Sérgio Rial, ex-presidente do Santander e ex-chefe executivo da Americanas.

A 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro autorizou o bloqueio de bens e valores dos investigados até o montante de R\$ 54 bilhões, valor determinado com base nas análises técnicas realizadas durante o processo investigatório. As evidências reunidas indicam que as manipulações contábeis ocorreram ao longo de diversos anos, concentrando-se em duas principais linhas de atuação.

A primeira envolve operações de risco sacado, que teriam sido registradas inadequadamente para reduzir artificialmente a exposição ao endividamento. A segunda refere-se às verbas de propaganda cooperada, que supostamente incluíram contratos desprovidos de fundamentação econômica real. Investigadores também analisam se os bancos retiravam informações sobre tais operações dos documentos financeiros da companhia.

O ex-diretor financeiro Fábio Abrate, que firmou colaboração premiada em 2024, forneceu depoimentos que apontam para o envolvimento das instituições financeiras nesse processo. Segundo seus relatos ao Ministério Público Federal, os bancos estariam removendo dados sobre operações de risco sacado dos registros de balanços da Americanas. As instituições negam qualquer envolvimento em atividades irregulares.

A companhia varejista comunicou que não figurou como alvo das operações de busca realizadas e reafirmou seu compromisso em colaborar integralmente com as apurações em andamento.